

Saúde e democracia, hoje

Quando, nos seus primórdios entre os anos 70 e 80, o CEBES forjou seu mote 'saúde e democracia', não tínhamos ideia da enorme problemática que tal relação viria a apresentar na década que se inicia neste ano de 2010, marcado pelo pleito eletivo para presidente e governadores. Não é que atualmente ponhamos em dúvida a validade e a oportunidade deste mote, entendendo sempre a saúde e a democracia em sentido amplo. Para nós, saúde tem aqui um sentido que transcende a organização de um setor de ações e serviços voltados para a promoção, prevenção e recuperação da saúde individual ou coletiva, algo que hoje se identifica com o SUS, seus problemas de financiamento e de gestão e assim por diante. Por sua vez, democracia não tem somente o significado de organização periódica de processos de escolha de representantes do povo e o exercício das funções legislativas e executivas de governo. Ou seja, democracia não é só a alternância das pessoas e partidos escolhidos para governar.

Retomando a célebre definição de Canguilhem, que tanto nos inspirou nos anos primordiais do Movimento Sanitário, saúde tem a ver com os 'diferentes modos de andar a vida'. Podemos, então, perguntar como anda a vida do brasileiro quanto à sua necessidade de contar com um ambiente social e físico propício a seu pleno florescimento e às realizações culturais próprias do ser humano? Sabemos que uma resposta ponderada e sincera a esta pergunta acabará por invocar o efeito deletério de dois males que se nos tornaram familiares: a violência urbana e a deterioração do meio ambiente. A desigualdade estrutural da sociedade brasileira vem em reforço desses males e do cortejo de doenças crônicas decorrentes da chamada transição epidemiológica. Essas duas questões, a da violência e a poluição/deterioração do meio ambiente são dimensões complexas da saúde com as quais o Movimento Sanitário tem de se confrontar doravante sob denominações como estas: violência no trânsito, guerra entre gangues, repressão ao tráfico de drogas; e, de outro lado, poluição das águas, envenenamento por agrotóxicos, destino dos lixos, aquecimento global.

O Movimento Sanitário está particularmente em débito histórico com a reflexão e com a tomada de posicionamento político acerca da questão ambiental, que tem intrinsecamente um caráter internacional, conforme tem sido acentuado nas edições sucessivas do Fórum Social Mundial. Quanto a isto, convém repetir aqui as palavras de nosso companheiro equatoriano Jaime Breilh, em artigo que faz parte do livro *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária*, recentemente publicada pelo CEBES:

El problema sujeto a debate debería ser el de la determinación social de la vida, y no apenas el de la determinación social de la salud. Por lo pronto, bástenos con argumentar que no es completa la acción por la salud humana, sin integrarla a la lucha por la defensa de la vida en la madre naturaleza, o en otras palabras, que no es adecuado y viable para la salud colectiva en el plazo mediano enfocar todas nuestras operaciones con un sentido antropocéntrico solo en la promoción y defensa de la vida humana, sin proteger y ampliar la reproducción de la vida en la naturaleza. Podría reforzarse este argumento diciendo: no es posible hacer una epidemiología crítica eficaz y efectiva, sin trabajar complementariamente una ecología crítica orientada a la sustentabilidad; no es viable lograr modos de vida, plena y sostenidamente saludables, con solo construir una sociedad solidaria, sin que esta sea a la par sustentable. (BREILH, 2010, p. 92).

Quanto ao tema da democracia, devemos perguntar: estamos satisfeitos com o que já obtivemos nessa dimensão essencial do convívio social? Certamente, não, devido à penúria intelectual a que foi reduzido o debate presidencial sobre saúde, especialmente no segundo turno. Ademais, esta questão não pode ser respondida tendo unicamente por referência o desempenho dos mecanismos da democracia representativa. De fato, para nós do CEBES, a verdadeira democracia associa-se com a força e a amplitude da participação popular na formulação e no direcionamento das políticas públicas, bem como com a vitalidade dos movimentos sociais, que gozem de plena autonomia, portanto, não se submetam a qualquer tutela por parte do Estado. Quanto a estes dois aspectos, nossa avaliação é pessimista.

O chamado controle social, termo que se refere especialmente aos conselhos de saúde, não se interessa em pensar e debater com grandeza

ético-política os temas centrais das políticas de saúde. Os conselhos de saúde estão burocratizados e sua prática em nada caracteriza o debate entre distintos atores como atividade 'parlamentar', o falar um com os outros, próprio de quem faz política. Assim, transformaram-se numa espécie de 'juizado de pequenas causas', sem nenhum demérito para esta importante instituição de democratização do acesso à justiça. Diversos estudos têm identificado que três situações predominam e são sempre previsíveis no controle social: a) o confronto permanente da representação do segmento dos trabalhadores contra a representação dos gestores; b) o predomínio da visão de mundo corporativa dos trabalhadores, que sempre se arrogam o direito de falar em nome do bem público; c) a posição subalterna da visão de mundo dos usuários do SUS, a qual, para o CEBES, constitui o compromisso basilar e com a qual se identifica.

Em nossa opinião, a debilidade da participação e do controle social está estreitamente vinculada à ausência de política dos movimentos sociais e dos partidos atuais, que não são mais capazes de articular um interesse geral da sociedade que se traduza no campo da saúde. Nos últimos anos, em que muitos de seus integrantes estiveram em posição de poder instituída pelo governo, os movimentos sociais acabaram por se distanciar ainda mais da possibilidade de uma atuação crítica, básica para o aprofundamento de sua ação política.

As representações nos conselhos passam a falar unicamente por si e se manobram e são manobradas de acordo com objetivos bastante circunstanciais e particularistas. Conclusão: o que nos faz falta nos conselhos de saúde é o debate aberto e livre, o debate político sobre política, o debate democrático e cidadão comprometido com os interesses coletivos. Mas, no fundo, a mediocridade do debate e sua curta visão só se tornam possíveis porque os movimentos sociais estão paralisados e silenciosos. O CEBES deve-se perguntar repetidamente quais são, na conjuntura social e política vigente, as causas mais profundas dessa paralisia e desse emudecimento dos movimentos sociais. Retomar o debate crítico, amplo e politizado sobre a saúde tem sido o objetivo principal do CEBES e, neste sentido, pretendemos contribuir na formação de sujeitos instituintes, ou seja, com capacidade crítica e com voz ativa no campo da saúde.